

ACESSIBILIDADE A PARTIR DA PRÉ-ESCOLA

Gustavo Varela
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
gustavovarella@outlook.com.br

Prof.^a M.^a Ana Paula Fernandes
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
docenteapf@gmail.com

Introdução

O presente artigo apresenta uma amostra do projeto em andamento que objetiva desenvolver material didático sensorial, destinado ao seguinte público-alvo: alunos com deficiência auditiva e deficiência visual que estão em idade escolar em nível pré-escolar, não necessariamente matriculados em escola regular. O projeto desenvolverá, especificamente, livros que abarquem aos eixos: Música, Natureza e Sociedade. São dois dos cinco eixos apresentados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998). E ainda, que atendam às necessidades específicas destes alunos, tanto pela Libras - Língua Brasileira de Sinais, quanto pela percepção em Braille.

O projeto prevê um livro para cada eixo, formalizando uma coletânea para a Pré-Escola, onde os assuntos serão abordados envolvendo a imagem, o sinal em Libras - Língua Brasileira de Sinais e o Braille, permitindo que o mesmo material seja utilizado por todas as crianças e desta maneira familiarize o aluno sem deficiência às distintas maneiras de comunicação e aprendizagem. Havendo necessidade, viabilizaremos o devido registro de propriedade intelectual ou patente.

De acordo com o artigo 2º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, evidenciamos que:

Comunicação abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos

aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis.

Certamente este projeto tornará acessível e real o processo de escolarização dos alunos com deficiência sensorial da região aqui apresentado e, eventualmente, de todo o Pará e Brasil.

Compreendemos que o desafio da escola é ser capaz de educar a todos os alunos, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática e solidária.

Fernandes (2011) relata que as desigualdades de trajetórias escolares e sociais estão associadas às dificuldades que as escolas, por princípio, universalistas, têm em lidar com a diversidade de identidades que podem ser encontradas nos sistemas de ensino latino-americanos, que se tornaram mais abrangentes. Assim, a entrada de alunos oriundos de grupos sociais mais pobres ou de grupos étnicos, e, neste caso, também na condição de deficiência, anteriormente excluídos das escolas, acaba por não produzir maior igualdade de oportunidades: as crianças vão à escola, mas essa passagem não abre reais possibilidades de participação social; ou seja, não possibilita o efetivo acesso à cidadania. Adicionamos a este a situação de alunos que residem em municípios que se dualizam como cidade/campo, como é o caso de Igarapé-Açu e arredores, como São Francisco, Jambu-Açu, Magalhães Barata e Maracanã.

Na visão de Oliveira (2008), a educação inclusiva, ao propor uma educação para todos e uma educação para a diversidade, que respeite as diferenças, apresenta como referencial a diferença como alteridade, o outro como “distinto”, superando a visão de diferença de caráter identitário e hegemônico estabelecido em relação a outro, o “normal”.

A educação inclusiva é entendida como a inclusão de crianças e jovens que apresentam necessidades educativas especiais em classes comuns do ensino regular, com o objetivo de se ter uma educação para todos, uma escola que acolha os diferentes e desenvolva uma prática escolar de convivência com a diversidade e as diferenças culturais e individuais. (OLIVEIRA, 2008, p. 259)

A partir do exposto acima pela autora, deslumbramos um (novo) tempo de oportunidades, escolarização e condições que superam a tudo o que foi visualizado até aqui. Compreendemos, destarte, que a pessoa com deficiência sensorial (deficiência auditiva e deficiência visual) possuidora de direitos e de respeito constitui-se com sua cultura e com sua identidade com seus pares, mas também com os demais.

Estes livros têm sua devida importância comunicacional, de aprendizagem e inclusão propriamente dita, à qual será utilizada por toda a pré-escola, manipulada por seus respectivos professores. Poderão, ainda, ser difundidos e produzidos posteriormente por editora devidamente autorizada e requisitada que deverá seguir seu trâmite natural de produção: desde a revisão a possível distribuição, visando, portanto, atender aos alunos com deficiência sensorial (deficiência auditiva e deficiência visual) restritamente em idade escolar a nível pré-escolar.

Produções sobre a temática

Consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Assim, tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. (BRASIL, 2011)

Ao realizar a busca no banco de dissertações e teses (BDTD) com o descritor “livro adaptado”, surgiram 335 (trezentos e trinta e cinco) trabalhos e destes apenas 02 (dois) correspondem ao artigo proposto aqui. São eles: 01 (um) dissertação de mestrado em Educação (UNESP), produzida por Preto (2009); 01 (um) dissertação de mestrado profissional – Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências (UNB), sob autoria de Martins (2007).

Como enfatiza Bersch (s/d), Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o conjunto de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, por conseguinte, promover vida independente e inclusão.

Objetivos

Objetivo geral: desenvolver material didático sensorial que possibilite a acessibilidade comunicacional e de aprendizagem utilizando a Libras - Língua Brasileira de Sinais e o Sistema Braille.

Objetivos específicos:

- 1) Selecionar e identificar o conhecimento necessário para compor o livro para todos os alunos, principalmente os alunos com deficiência auditiva e deficiência visual que estão em idade escolar em nível pré-escolar da cidade e do campo;
- 2) Elaborar um protótipo inicial para aplicação e avaliação aos alunos público-alvo desta pesquisa;
- 3) Identificar se os livros (protótipo inicial) atendem as necessidades dos alunos público-alvo desta pesquisa;
- 4) Identificar se os livros (protótipo inicial) contribuem com o planejamento e prática pedagógica dos professores que atuam com os alunos público-alvo desta pesquisa; e
- 5) Difusão do protótipo/material piloto idealizado para os alunos com deficiência auditiva e deficiência visual que estão em idade escolar em nível pré-escolar.

Metodologia

Os estudos são realizados conjuntamente de forma qualitativa e quantitativa. Utiliza-se como técnica de pesquisa a observação e o diário de campo. O projeto

acontecerá da seguinte maneira: 1) Identificação, seleção das temáticas e seus respectivos conteúdos em acordo com a equipe de bolsistas e voluntários da educação; 2) Elaboração de instrumento para avaliação do material entre os pares e posteriormente com o público alvo deste projeto; 3) Produto piloto em aplicação - Utilização e avaliação do material/produto; e 4) Considerações e relatório final.

Privilegiamos a abordagem qualitativa por adentrar na complexidade da formação do professor na perspectiva inclusiva, considerando o cotidiano de uma sala de educação especial de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois “os pontos de vista e práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e ambientes sociais a ele relacionados” (FLICK, 2004, p.22).

Outros autores, como Denzin e Lincoln (2000), caracterizam a pesquisa qualitativa como atividade que, por meio de um método de investigação composto por práticas materiais e investigação, buscam dar visibilidade a processos investigativos. Para esses autores, essa modalidade de pesquisa classifica informações dos sujeitos da pesquisa como ponto de vista individual e coletiva, visando construir cientificamente uma compreensão dos mundos. Assim, para que o pesquisador tenha maior compreensão do fenômeno social, precisa ir além da sua inserção na realidade, conceber a construção do conhecimento de forma coletiva, nas interações sociais com o outro, nos diálogos entre sujeito/pesquisador e sujeitos/pesquisadores.

O método de utilização do diário de campo ou de bordo como técnicas de pesquisa se fazem necessários devido à sua associação à observação. Fernandes (2011) descreve que a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou ferramentas que se deseja estudar. E, como nos diz Gruzinski (2003), devemos olhar para além do que se vê. Assim ao observar torna-se necessário seu respectivo registro da (in) visibilidade do contexto encontrado.

Para Triviños (1987), o diário de campo possui dois tipos de anotações: 1) descritiva: quando transmite com exatidão a situação observada; e 2) analítico-reflexiva: observação dos acontecimentos e processos que indicam quais questões devem ser aprofundadas.

Sobre o delineamento do trabalho, atenderá as seguintes fases:

1) Revisão da literatura e documentos: a leitura e apropriação do exposto no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é necessária para a composição dos livros aqui propostos e ainda atender ao disposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7 611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

2) Coleta dos dados:

a) Identificação e composição dos conteúdos para os livros/protótipo inicial em acordo com a equipe de bolsistas e voluntários da educação por eixo temático;

b) Experimentação do protótipo inicial por professor com deficiência auditiva e visual para quaisquer alterações ou complementações, se necessário;

c) Registrar no diário de bordo os pontos relevantes evidenciados na observação com os alunos público-alvo desta pesquisa e com os professores que atuam com alunos com deficiência sensorial;

3) Discussão e Resultados: a análise será por meio dos dados adquiridos pela observação durante a aplicação do protótipo inicial, do registro do diário de bordo e das percepções e observações dos professores, assim como da equipe, além da análise documental, viabilizado pelas fotografias e pela filmagem de todo o processo da pesquisa; e

4) Relatório Final: Considerações finais acerca das experiências com o protótipo com os públicos alvos desta pesquisa e dos professores.

O Lócus

São quatro os municípios envolvidos nesta pesquisa: São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Igarapé-Açu e Maracanã. Estes municípios estão localizados no Estado do Pará, extremo norte do país. Tem por capital a cidade de Belém, e população estimada em 2013 de 7.969.654; em área aproximada de 1.247.954,666 km². Possui 144 municípios e a densidade demográfica (hab./km²) de 6,07.

Sobre São Francisco do Pará, localiza-se na zona fisiográfica Bragantina. Os fundamentos históricos desta unidade foram lançados em tempos remotos, no governo de Augusto Montenegro. Naquela época, a região onde está erigido o atual município era conhecida por Vila de São Francisco, Augusto Montenegro e km. 95. Com a chegada de José Mariano da Silva, José Porfírio de Souza e outros, a localidade progrediu, e, em 1903, já estava ali criada a povoação de Anhangá. Inicialmente, fora incorporada ao município de Belém, passando, mais tarde, à jurisdição de Castanhal. Com a evolução da densidade demográfica, tornou-se necessário o desmembramento de certas áreas. Assim, em 1943, Anhangá adquiriu sua emancipação político-administrativa, cuja denominação permaneceu até 1961, quando passou a se chamar São Francisco do Pará. (IBGE, 2010)

Atualmente possui população estimada em 2013 de 15.301 habitantes, área de unidade territorial de 479.564 km² e densidade demográfica de 31,40 (hab./km²).

Magalhães Barata é outro município desta pesquisa, situado na zona fisiográfica do Salgado. Sabe-se, porém, que em 1936 já figurava como distrito judiciário daquele município, com o nome de Cuinarana. Em 1961, Cuinarana foi elevada à categoria de município com a denominação de Magalhães Barata, em homenagem ao líder político paraense, do período republicano, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. (IBGE, 2010)

Sua população atual é de 8.240, possui 325,265 de área da unidade territorial (km²) e sua densidade demográfica é de 24,95 (hab./km²).

A respeito de Igarapé-Açu, o histórico do IBGE (2010) revela que quando construíram a Estrada de Ferro Bragança em terras do atual município já existiam habitantes nas margens dos rios Jambu-Açu, Maracanã, Peixe-Boi e seus afluentes,

havendo mesmo uma colônia espanhola entre os rios Jambu-Açu e Caripi. O povoamento inicial organizado foi realizado com a fundação do Núcleo Agrícola Jambu-Açu, em 1896.

A sede municipal se eleva no quilometro 111 da Estrada de Ferro Bragança, rodeada pelos cursos d'água Igarapé-Açu e Pau-Cheiroso. As construções são na sua maioria de taipa, cobertas com telhas de barro havendo regular número de prédios em alvenaria. A cidade é formada por três largas avenidas, correndo pela principal a estrada de ferro, duas grandes praças, uma menor e sete travessas, todas traçadas em linhas simétricas. (IBGE, 2010)

Quanto à população estimada em 2013, o IBGE apresenta 36.883. O município possui de área da unidade territorial 785.983 km² e a densidade demográfica de 45,66 (hab./km²).

Maracanã possui sua Sede atual situada à margem esquerda do rio do mesmo nome, na zona fisiográfica do Salgado. Sabe-se que os seus fundamentos históricos foram lançados em 1653. Até então, somente existia ali uma aldeia dos índios maracanã, missionada pelos jesuítas. Com a chegada no mesmo ano do Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, a aldeia progrediu, e, em 1700, adquiriu foros de Freguesia sob a inovação de São Miguel. Entretanto, em 1755, o então Governador da Província do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cumprindo as determinações emanadas pela lei Pombalina, elevou Maracanã à categoria de Vila, com o nome de Cintra. Na mesma ocasião, aquela ordem religiosa foi expulsa do domínio português. Em 1833, Cintra foi elevada à categoria de município e dois anos depois obteve foros da cidade. Readquiriu, ainda, a sua primitiva denominação, em 1897. O topônimo, de origem indígena, remete ao nome do pássaro maracanã (*propyrrhura maracana*), pequeno papagaio de voz berrante. Daí o nome maracá = chocalho e nã = nana. (IBGE, 2010).

Sua população é de 28.631, com área da unidade territorial de 855.664 km² e densidade demográfica de 33,16 (hab./km²).

Resultados parciais

Dentre os resultados esperados, evidenciamos: a) elaboração do protótipo da coletânea para a pré-escola que viabilize o processo de escolarização dos alunos com deficiência sensorial (deficiência auditiva e

deficiência visual); b) divulgar em meios acadêmicos e educacionais sobre os estudos realizados e aplicação do produto piloto; c) expandir esta possibilidade de acessibilidade comunicacional e de aprendizagem aos demais níveis de escolarização, além da apresentação do material sua produção e comercialização e o acesso à inovação considerando o benefício comunicacional e de aprendizagem para os alunos com deficiência sensorial.

Sobre os resultados parciais, identificamos que na região estabelecida (campo/rural) para o desenvolvimento da pesquisa, há poucas escolas que atendam o público da educação infantil e ainda que possuam alunos com deficiência visual e auditiva. As turmas existentes em maioria se configuram como multisseriada.

Há dificuldade de acesso as escolas pela ausência de transporte público coletivo. Assim, dependemos de carros de aluguel ou do ônibus escolar. Na escolha deste último, é preciso sair logo pela manhã e tendo a certeza que só voltaremos na hora da saída dos alunos.

Os professores que atuam com a Educação Especial na zona rural geralmente atendem mais de uma escola por semana com distâncias abissais e com difícil mobilidade entre estas.

Em São Francisco há 30 (trinta) escolas em nível pré-escolar, 05 (cinco) em área urbana e 25 (vinte e cinco) em área rural/campo. Destas, 21 (vinte e uma) das escolas apresentam nível Pré-escolar e Classes Multisseriadas concomitantemente, sendo todas na zona rural.

Em Igarapé-Açu existem 26 (vinte e seis) escolas em nível pré-escolar, 09 (nove) em área urbana e 17 (dezesete) em área rural/campo. Neste município há concentração de alunos cegos e surdos em nível pré-escolar e ensino fundamental: 06 (seis) surdos, sendo 04 (quatro) em área rural/campo; e 07 (sete) cegos, sendo 02 (dois) em área rural/campo.

Nas escolas de Maracanã foram identificados 07 (sete) alunos surdos e 01 (um) aluno cego, apenas 01 (um) aluno surdo na área urbana, os demais são de área rural/campo e de escolas distintas.

Conclusões parciais

As atividades na área da Educação Especial avançaram, ganharam espaço, esclareceram muitas dúvidas, descobriram-se novas possibilidades e, certamente, o Pará, região da pesquisa em andamento, também percebeu o trilhar e acompanhou suas discussões. Mas, ao enveredar nos ramais (vias de acesso) do nosso campo, a dita área rural, visualizamos ainda um abismo, uma carência de profissionais qualificados, escolas que consigam atender as normativas políticas em nível municipal, especificamente pelo nível escolar abordado aqui.

Sabe-se que elaboram atividades “adaptadas”, mas ainda são poucos os livros didáticos que permitem ao aluno com deficiência sensorial a autonomia e segurança para seu desempenho escolar.

A proposta aqui apresentada viabilizará também para alunos sem deficiência aprendizado de Libras - Língua Brasileira de Sinais e do Sistema Braille desde a tenra idade escolar, permitindo, assim, o crescimento e o convívio com as diferenças, a obtenção de propriedade comunicacional e interação social como um todo.